

Do mar a Brasília: os caminhos da regulação de cabos submarinos no Brasil

Michael Freitas Mohallem

Gerente de Relações Governamentais e Políticas
Públicas para o Brasil e Cone Sul, Google Cloud
michaelfm@google.com



Roteiro da apresentação: cinco dimensões regulatórias



1 A visão dos
legisladores e do
Poder Executivo



2 O desafio geográfico
(concentração vs.
desconcentração)



3 Riscos físicos e o
papel da defesa



4 Impacto econômico
dos investimentos e o
papel de fomento do
Estado



5 Autorização de
instalação e
operação de cabos
submarinos

1. A visão dos legisladores e do Poder Executivo



Marco Legislativo

PL 270/2023

O projeto inaugura o debate estruturado sobre o setor.

Designação ICN

Propõe classificar cabos submarinos explicitamente como Infraestrutura Crítica Nacional.

Consequências

A designação permite alocar recursos federais e integrar a proteção dos cabos ao planejamento de Defesa Nacional.



Diálogo Público

Ministério das Comunicações realiza tomadas de subsídio para formular regulamentos informados.



Regulação Setorial

ANATEL Resolução nº 767/2024

Obrigações de manter Política de Segurança Cibernética, as operadoras de cabo submarino com destino internacional.

A PNICS: A Estratégia do Brasil



2. O desafio geográfico (concentração vs. desconcentração)

O hub de Fortaleza (CE):
Ponto de maior concentração devido à proximidade com África/Europa e pioneirismo regulatório.

Risco Sistêmico
A maioria dos cabos de alta capacidade aterra em um único ponto; um desastre ou ataque comprometeria a conectividade do país.

Estratégia de desconcentração:
incentivo a novos landing points para criar redundância geográfica. White paper ANATEL.



Debate: Aumenta a segurança digital, reduz latência e estimula o desenvolvimento regional fora do eixo tradicional. **Exige investimentos** em rede de fibra terrestre. Vinculação com política de data center.

3. Riscos físicos e o papel da defesa

Ameaças



Ameaças acidentais

o maior risco atual envolve danos por ancoragem de navios e pesca de arrasto em áreas de aterragem.



Ameaças intencionais

crescente preocupação com ataques de atores estatais ou não-estatais em cenários de conflito.

Debate e Soluções



Debate: criação de Corredores de Proteção de Cabos (CPZs) com restrição de atividades marítimas.



Marinha do Brasil e o Exercício de Proteção de Cabos Submarinos.



4. Impacto econômico dos investimentos e o papel de fomento do Estado



Empresas privadas impulsionam a maioria das novas rotas (EUA, África, Europa). Infra própria.



Debate sobre soberania: foco em rotas estratégicas alternativas (ex: Conceito do "Cabo dos BRICS" ou ligação soberana com a Europa).

Círculo Virtuoso



Impacto econômico: novos cabos reduzem custos e latência, atraindo data centers e serviços de nuvem.

Incentivos: justificam-se os regimes fiscais especiais para equipamentos e estações de aterragem? Exemplo: REDATA.

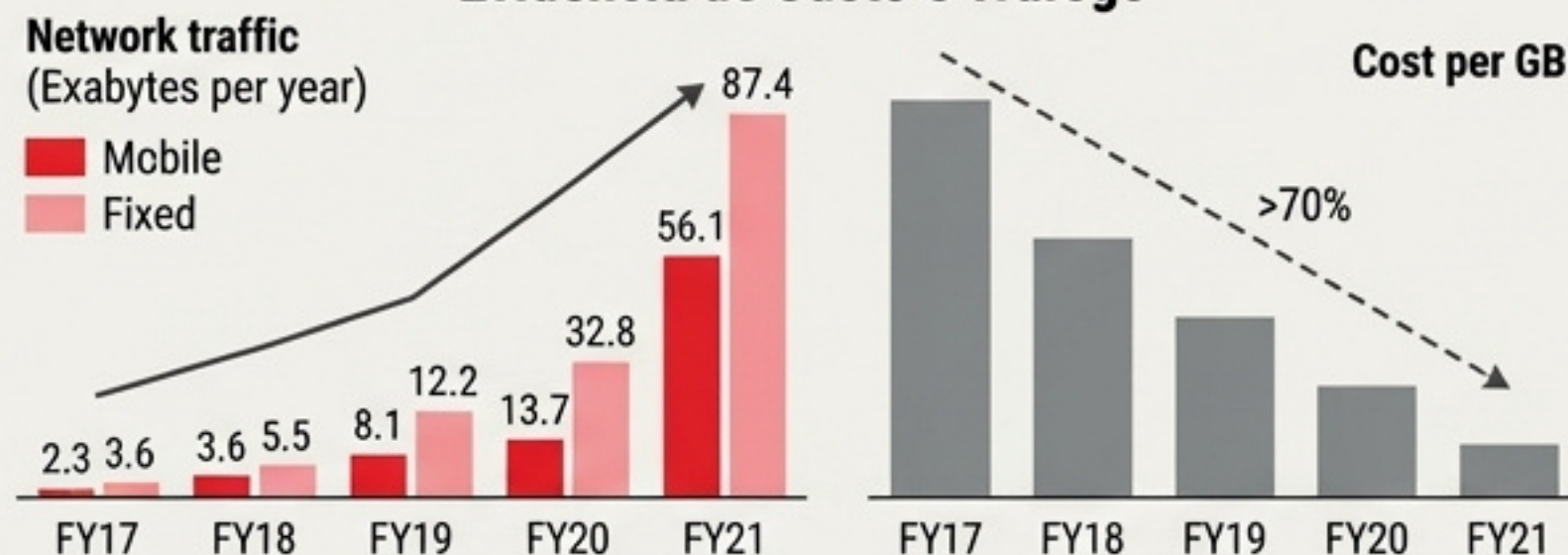
O Debate de "Network Fees"

ANATEL lidera a discussão para que grandes plataformas (OTTs) contribuam financeiramente com a infraestrutura.

Operadoras: custos insustentáveis de expansão.

Plataformas: já fazem expansão própria e riscos à Neutralidade da Rede e potencial repasse de custos ao consumidor final.

Evidência de Custo e Tráfego



Infraestrutura Vital: Os cabos submarinos sustentam a conectividade internacional, sendo vitais para a economia digital, segurança da informação e soberania nacional.

O Cenário Atual: Momento de fomento aos investimentos em data centers, o que arrasta o debate regulatório sobre os cabos.

Objetivo da Política: Equilibrar a atração de investimento privado com a garantia de resiliência e capilaridade da rede.

Soberania por Ecossistema ou por Decreto?



Uma Encruzilhada Estratégica: Dois Modelos para o Futuro.

Modelo Geopolítico Centralizado (Cabo BRICS)



Risco de Isolamento • Alinhamento Político •
Ineficiência • Desconfiança do Investidor •
Sobreposição de Esforços

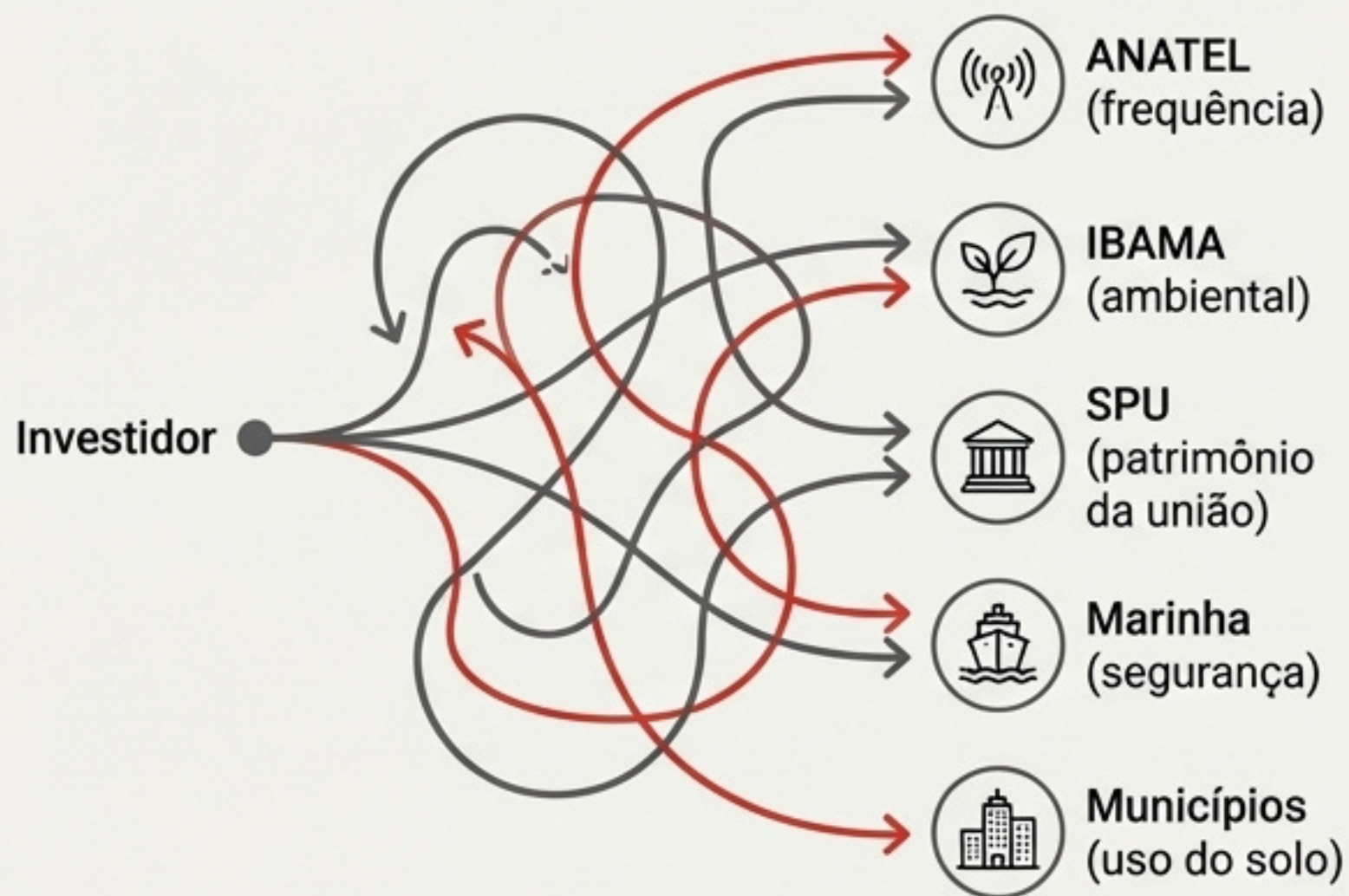
Ecossistema Aberto e Competitivo (Modelo Atual)



Inovação • Resiliência por Diversidade •
Atração de Capital • Neutralidade •
Confiança

5. Autorização de instalação e operação de cabos submarinos

O Gargalo: A burocracia complexa e a incerteza regulatória inibem investimentos e atrasam projetos em anos.



Solução “balcão único”



proposta de criação de um órgão facilitador único federal para centralizar e coordenar as licenças.

O momento regulatório dos cabos submarinos



Obrigado!

michaelfm@google.com

